

**LEI Nº. 364, de 15 de MAIO de 2012.**

**EMENTA:**

*Autoriza a celebração de contratação temporária e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN;

**FAÇO** saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e **EU** sanciono a seguinte

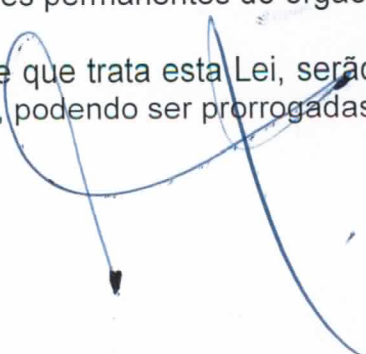
Lei:

Art. 1º - Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com o que determina a Constituição Federal em seu Art. 37, Inciso IX, e a Lei nº 8.745/93, em seu Art. 2º, Inciso II, o Município de Campo Redondo/RN, poderá efetuar a contratação de 02 (dois) Médicos do Programa Saúde da Família – PSF, nas condições e prazos definidos a seguir.

Art. 2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - a prevenção e assistência à situação de calamidade pública;
- II – assistência a emergências em saúde pública;
- III – a não paralisação de serviços públicos essenciais;
- IV - a manutenção das contratações de pessoal para atendimento dos Programas e Convênios mantidos pela União Federal e Governo do Estado;
- V – para professores substitutos, exclusivamente para suprir a falta de aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória;
- VI – as atividades de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio e produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;
- VII – as atividades técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade;

Art. 3º - As contratações de que trata esta Lei, serão realizadas pelo prazo máximo de até 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogadas por igual período.



Art. 4º - As contratações somente poderão ser realizadas com observância da dotação orçamentária.

Art. 5º - É vedada a contratação nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, exceto, quando comprovada a compatibilidade de horário, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo ou emprego permanente em órgão da administração pública Estadual Direta e indireta.

Art. 6º - O pessoal ora contratado perceberá salários iguais aos ocupantes dos cargos semelhantes, já efetivados.

Parágrafo Único - Para aplicação da norma prevista no "caput", não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 7º - O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste "caput" importará na rescisão do contrato ou na declaração da sua insubsistência.

Art. 8º - As infrações disciplinares e atribuições ao pessoal contratado nos termos desta Lei, serão apuradas mediante sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.

Art. 9º - O contrato firmado de acordo com esta Lei, extinguir-se-á:

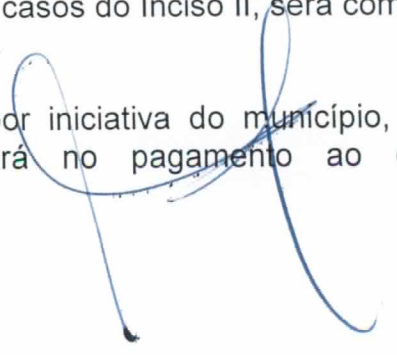
I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - pela extinção ou conclusão do projeto para o qual foi contratado.

§1º - A extinção do contrato, nos casos do Inciso II, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§2º - A extinção do contrato por iniciativa do município, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Prefeitura Municipal de Campo Redondo**  
**Gabinete do Prefeito**

indenização correspondente a metade das remunerações que lhe caberia receber durante o período restante do contrato.

Art. 10 - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada:

I - nos casos do inciso II, III e V do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;

II - nos casos dos incisos I, IV, VI e VII, do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 11 - O tempo pelo serviço prestado através desta Lei, será contado para todos os efeitos, aplicando-se o disposto na Lei nº. 8.647, de 13 de abril de 1993.

Art. 12 - O contrato ora firmado seguirá as diretrizes do Regime Jurídico Administrativo.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Manoel Norberto da Costa, em Campo Redondo/RN,  
aos 15 de maio de 2012.



**CARLOS ROBERTO LUCENA BARBOSA**  
PREFEITO MUNICIPAL